

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: PROPOSTA DE PROJETO AGROECOLÓGICO PARA UMA UNIDADE PRISIONAL DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Angelika Franklin de Lima¹.

¹Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo.

<http://lattes.cnpq.br/686407581772301>

RESUMO: Este capítulo apresenta uma proposta de implementação de Sistema Agroflorestal (SAF) como instrumento pedagógico, socioambiental e formativo em uma unidade prisional da região Oeste do Estado de São Paulo. A discussão parte da compreensão de que a educação ambiental, articulada à agroecologia e à formação para o trabalho, pode contribuir para a ressocialização, para a cidadania e para a reconstrução de vínculos entre sujeitos privados de liberdade, território e natureza. Trata-se de estudo de abordagem qualitativa, natureza aplicada e caráter exploratório-descritivo, fundamentado em revisão bibliográfica, análise documental e leitura geoespacial de uma unidade piloto. Os resultados indicam que os SAFs podem funcionar como espaços educativos vivos, integrando cultivo, recuperação ambiental, manejo sustentável, aprendizagem prática e formação humana. A proposta também evidencia potencial de replicabilidade em outras unidades prisionais, desde que acompanhada de planejamento institucional, formação técnica e ações pedagógicas contínuas.

PALAVRAS-CHAVE: Ressocialização. Agroecologia. Sustentabilidade.

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN A PRISON UNIT: AGROFORESTRY SYSTEM AS A PEDAGOGICAL PROPOSAL

ABSTRACT: This chapter presents a proposal for implementing an Agroforestry System (AFS) as a pedagogical, socio-environmental and training instrument in a prison unit located in the western region of the state of São Paulo, Brazil. The discussion is based on the understanding that environmental education, when articulated with agroecology and professional training, can contribute to resocialization, citizenship and the reconstruction of bonds between people deprived of liberty, territory and nature. This is a qualitative, applied, exploratory and descriptive study, based on bibliographic review, documentary analysis and geospatial reading of a pilot unit. The results indicate that agroforestry systems can function as living educational spaces, integrating cultivation, environmental recovery, sustainable management, practical learning and human development. The proposal also shows potential for replication in other prison units, provided that it is accompanied by institutional planning, technical training and continuous pedagogical actions.

KEYWORDS: Resocialization. Agroecology. Sustainability.

INTRODUÇÃO

A crise socioambiental contemporânea impõe à educação o desafio de formar sujeitos capazes de compreender as relações entre sociedade, natureza, trabalho e cidadania. No contexto prisional, esse desafio assume maior complexidade, pois envolve pessoas privadas de liberdade que, embora afastadas temporariamente do convívio social amplo, permanecem titulares de direitos e devem ter acesso a processos formativos que ampliem suas possibilidades de reintegração social.

A educação ambiental, quando desenvolvida de forma crítica e prática, pode ultrapassar a transmissão de conceitos ecológicos e se converter em estratégia de reconstrução de valores, responsabilidades e vínculos sociais. Ao articular conhecimento, cuidado com a vida, manejo do solo e produção sustentável, ela contribui para ressignificar espaços historicamente marcados pela punição, pela exclusão e pela invisibilidade social.

No sistema prisional, as práticas educativas podem atuar como instrumentos de transformação social, especialmente quando associadas ao trabalho, à formação profissional e à sustentabilidade. Nesse sentido, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) apresentam-se como alternativa relevante, pois integram espécies agrícolas e florestais em arranjos produtivos capazes de recuperar áreas degradadas, diversificar a produção, favorecer a segurança alimentar e proporcionar aprendizagem prática.

A proposta discutida neste capítulo deriva de uma pesquisa de mestrado profissional em Geografia, voltada à elaboração de um projeto agroecológico para uma unidade prisional da região Oeste do Estado de São Paulo. A investigação parte da experiência da autora no contexto educacional prisional e da identificação de lacunas relacionadas à ausência de iniciativas sistemáticas de educação ambiental, sustentabilidade e agroecologia nas unidades prisionais analisadas.

Ao considerar a unidade prisional como espaço também educativo, a proposta busca integrar princípios da agroecologia, da educação ambiental, da sustentabilidade e da ressocialização. A implantação de um SAF, nesse cenário, não se limita à criação de uma área produtiva: trata-se de organizar um ambiente pedagógico capaz de promover aprendizagem, cooperação, responsabilidade coletiva e reflexão sobre a relação entre ser humano, território e meio ambiente.

Dessa forma, o presente capítulo apresenta uma síntese adaptada da proposta de implantação de Sistema Agroflorestal em unidade prisional, destacando seus fundamentos, procedimentos metodológicos, possibilidades pedagógicas e contribuições socioambientais. A discussão está inserida na área temática da Agroecologia, por compreender os SAFs como instrumentos de transformação produtiva, ambiental e social.

OBJETIVO

O objetivo deste capítulo é apresentar uma proposta de Sistema Agroflorestal (SAF) como estratégia de educação ambiental, formação cidadã e ressocialização em uma unidade prisional da região Oeste do Estado de São Paulo.

Busca-se, de modo específico, discutir a relação entre agroecologia, sustentabilidade e educação prisional; indicar as potencialidades pedagógicas dos SAFs; analisar a importância do planejamento territorial e geoespacial para a implantação da proposta; e evidenciar de que forma práticas agroecológicas podem contribuir para a formação humana e para a reintegração social de pessoas privadas de liberdade.

METODOLOGIA

O estudo possui abordagem qualitativa, natureza aplicada e caráter exploratório-descritivo. A opção por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender o contexto prisional, suas limitações institucionais e suas possibilidades pedagógicas, articulando análise teórica, observação territorial e proposição prática.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi estruturada a partir de revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso aplicado a uma unidade prisional piloto localizada em Presidente Prudente-SP, na região Oeste do Estado de São Paulo. A revisão bibliográfica contemplou temas como educação ambiental, agroecologia, Sistemas Agroflorestais, sustentabilidade, ressocialização, educação de jovens e adultos e formação cidadã no sistema prisional.

A análise documental considerou legislações e documentos orientadores relacionados à educação, ao sistema prisional, à educação ambiental e à organização curricular, com destaque para a Política Nacional de Educação Ambiental, a Lei de Execução Penal, a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Paulista. Esses documentos foram mobilizados para relacionar a proposta agroecológica às competências e habilidades que podem ser trabalhadas em atividades pedagógicas práticas.

No desenvolvimento da proposta técnica, foram analisadas imagens geoespaciais, dados cartográficos e características ambientais da unidade piloto. Essa etapa permitiu observar áreas com potencial para implantação do SAF, bem como reconhecer limitações físicas, condições de uso do solo, possibilidades de zoneamento e necessidade de adequações estruturais.

A construção metodológica considerou ainda a elaboração de uma proposta formativa, a indicação de espécies agrícolas e florestais e a organização de material didático voltado à orientação ambiental. O desenho da proposta buscou atender a critérios de replicabilidade, de modo que o modelo possa ser adaptado a outras unidades prisionais, respeitando as especificidades de cada território, os recursos disponíveis e as normas de segurança institucional.

Por se tratar de uma proposta aplicada ao contexto prisional, a metodologia foi orientada por princípios de cuidado ético, respeito à dignidade humana e adequação às condições institucionais. Assim, a implantação de atividades educativas agroecológicas deve ser acompanhada por planejamento intersetorial, participação da equipe escolar e penitenciária, autorização dos órgãos responsáveis e formação prévia dos envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta de implantação de um Sistema Agroflorestal em unidade prisional revela-se relevante por integrar dimensões ambientais, pedagógicas, sociais e produtivas. Em termos ambientais, os SAFs contribuem para a recuperação do solo, para a diversificação de espécies, para a melhoria da qualidade ecológica do espaço e para o uso mais consciente dos recursos naturais. Em termos pedagógicos, funcionam como ambientes vivos de aprendizagem, nos quais o estudante pode observar ciclos naturais, relações ecológicas, manejo de espécies e processos de produção sustentável.

No contexto prisional, essa integração assume significado especial. O espaço de privação de liberdade, muitas vezes associado à disciplina, ao controle e à punição, pode incorporar experiências formativas capazes de estimular autonomia, responsabilidade, cooperação e pertencimento. O cultivo agroecológico permite que o aprendizado seja construído por meio da prática, aproximando conteúdos escolares de situações concretas e oferecendo aos internos a possibilidade de desenvolver competências técnicas e socioemocionais.

A análise da unidade piloto permitiu identificar a importância do planejamento territorial para a implantação de um SAF. A escolha das áreas de cultivo deve considerar insolação, disponibilidade hídrica, circulação interna, segurança, características do solo, proximidade de espaços educativos e possibilidades de manejo contínuo. O uso de imagens de satélite e dados geoespaciais favorece a leitura integrada do território, permitindo a definição de zonas de uso, áreas de experimentação, espaços de produção e locais destinados à formação ambiental.

O zoneamento proposto na dissertação evidencia que a implantação do SAF deve ser pensada de maneira sistêmica, articulando área agrícola, área florestal, espaços de circulação, áreas de apoio, uso pedagógico e conservação ambiental. Essa organização contribui para que o projeto não seja apenas uma horta isolada, mas uma proposta agroecológica estruturada, com objetivos educacionais, produtivos e socioambientais definidos.

Outro resultado relevante refere-se à possibilidade de articulação entre a proposta agroflorestal e os documentos curriculares. A educação ambiental pode ser trabalhada de forma interdisciplinar, envolvendo conteúdos de Geografia, Ciências da Natureza, Biologia, História, Sociologia, Matemática e formação para o trabalho. Ao observar o solo, medir áreas, planejar canteiros, estudar espécies, compreender o clima e discutir sustentabilidade, os participantes podem desenvolver aprendizagens vinculadas à realidade local.

No âmbito da ressocialização, a proposta demonstra potencial para fortalecer valores éticos e sociais. O ato de plantar, cuidar, acompanhar o crescimento das espécies e compreender os ciclos da natureza pode favorecer a reconstrução de vínculos subjetivos e coletivos. A agrofloresta torna-se, assim, uma metáfora prática de cuidado, permanência e transformação: ao cultivar a terra, o participante também é convidado a refletir sobre o cuidado consigo, com o outro e com a comunidade.

A formação profissional também se destaca como resultado possível. O domínio de práticas agroecológicas, manejo sustentável, compostagem, produção de mudas, organização de canteiros e manutenção de sistemas produtivos pode ampliar perspectivas de atuação após o cumprimento da pena. Embora a proposta não garanta, por si só, inserção imediata no mercado de trabalho, ela oferece conhecimentos que podem ser mobilizados em agricultura familiar, projetos comunitários, jardinagem, produção sustentável, viveiros e iniciativas de geração de renda.

A indicação de espécies deve considerar critérios ecológicos, produtivos e pedagógicos. Espécies agrícolas de ciclo curto podem favorecer resultados mais rápidos e estimular o envolvimento dos participantes, enquanto espécies frutíferas e florestais contribuem para a formação de longo prazo do sistema. A combinação entre diferentes estratos vegetais possibilita a criação de um ambiente diversificado, mais próximo dos princípios agroecológicos e menos dependente de insumos externos.

A proposta também ressalta a importância da gestão interinstitucional. A implantação de um SAF em unidade prisional exige diálogo entre escola vinculada ao sistema prisional, administração penitenciária, universidades, órgãos públicos, técnicos agrícolas e demais parceiros. Sem essa articulação, a continuidade do projeto pode ser prejudicada por falta de manutenção, ausência de insumos, mudanças de equipe ou limitações institucionais.

Do ponto de vista da Segurança e da organização prisional, o projeto precisa respeitar normas internas, controle de ferramentas, rotinas de circulação e autorização para uso de materiais. Entretanto, essas exigências não inviabilizam a proposta; ao contrário, indicam a necessidade de planejamento cuidadoso, protocolos claros e acompanhamento permanente. A educação ambiental no cárcere deve ser pensada como ação pedagógica responsável e institucionalmente pactuada.

Entre os produtos associados à pesquisa, destaca-se a elaboração de cartilha ilustrativa e didática, voltada à orientação sobre implantação de Sistemas Agroflorestais em ambientes prisionais. Esse material amplia o potencial de replicabilidade da proposta, pois organiza informações técnicas e pedagógicas em linguagem acessível, favorecendo a utilização por educadores, gestores e equipes envolvidas em projetos socioambientais.

Assim, os resultados indicam que a proposta agroecológica tem potencial para transformar áreas ociosas em espaços educativos, produtivos e ambientalmente qualificados. Mais do que gerar alimentos, o SAF pode gerar aprendizagem, convivência, responsabilidade, senso de pertencimento e consciência socioambiental. A iniciativa evidencia que sustentabilidade e dignidade humana não devem ser tratadas como dimensões separadas, especialmente em instituições marcadas por vulnerabilidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de Sistema Agroflorestal aplicada ao contexto prisional demonstra que a educação ambiental pode assumir papel estratégico na formação cidadã e na ressocialização de pessoas privadas de liberdade. Ao articular agroecologia, sustentabilidade, trabalho e

aprendizagem, o SAF apresenta-se como alternativa pedagógica capaz de ressignificar espaços institucionais e promover experiências formativas concretas.

O capítulo evidenciou que a implantação de práticas agroecológicas em unidade prisional não deve ser compreendida apenas como ação produtiva, mas como processo educativo e social. A agrofloresta constitui um laboratório vivo, no qual o cuidado com o solo, com as plantas e com os ciclos naturais favorece o desenvolvimento de valores como cooperação, responsabilidade, paciência, respeito e pertencimento coletivo.

Conclui-se que a proposta possui potencial de replicabilidade, desde que sejam observadas as condições físicas, pedagógicas, institucionais e de segurança de cada unidade prisional. A continuidade do projeto depende de planejamento, acompanhamento técnico, formação de educadores e articulação entre diferentes instituições públicas e acadêmicas.

Por fim, reafirma-se que a sustentabilidade ambiental e a dignidade humana são dimensões indissociáveis de políticas educacionais voltadas à reintegração social. Em ambientes marcados pela privação de liberdade, plantar, cuidar e aprender podem tornar-se práticas de reconstrução de trajetórias, produção de conhecimento e fortalecimento de uma cultura socioambiental transformadora.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012.
- AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- LIMA, Angelika Franklin de. Educação ambiental e transformação social: proposta de projeto agroecológico para uma unidade prisional da região Oeste do Estado de São Paulo. 2026. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2026.
- NAIR, P. K. R. An introduction to agroforestry. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.
- PENEIREIRO, Fabiana Mongeli. Educação agroflorestal: construindo junto o conhecimento. In: SIMPÓSIO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS DE SERGIPE, 2., 2004, Aracaju. Anais [...]. Aracaju: Embrapa, 2004.
- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond,

2002.

SANTOS, J. G.; CESAR, C. Educação ambiental no sistema prisional: possibilidades de ações para a sustentabilidade. Revista de Educação Continuada em Ciências Agrárias e Ambientais, v. 2, n. 2, p. 47-60, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Currículo Paulista: Ensino Médio. São Paulo: SEE-SP, 2022.

THIOLLENT, Michel. Pesquisa-ação nas organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.